

LUTAS DE REPRESENTAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE UMA PRÁTICA: A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR BRASILEIRA EM REVISTA (1976-1979)*

Bruno Duarte Rei**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Antonio Jorge Gonçalves Soares***

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Sílvia Maria Agatti Lüdorf****

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro - RJ, Brasil

RESUMO: O artigo analisa as tensões, de 1976 a 1979, entre as concepções de educação física escolar expressas nas edições da Revista de Educação Física – publicação editada, desde 1932, pela Escola de Educação Física do Exército – e nos documentos oficiais referentes ao ensino desse componente curricular. Defende-se a hipótese de que, mais do que uma porta-voz do regime militar, a Revista de Educação Física tenha se caracterizado, potencialmente, como um elemento dificultador da implementação das estratégias oficiais de conformação da Educação Física escolar no Brasil (1976-1979). Demonstra-se que, ao pôr em circulação percepções alternativas sobre o componente curricular em destaque, esse impresso gerou, contraditoriamente, condições para que os profissionais da área pudessem se apropriar de fundamentos distintos dos contidos no modelo propagado pela ditadura militar por meio da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”.

Palavras-chave: Educação física escolar. Imprensa de educação e ensino. Lutas de representações. Ditadura militar (Brasil).

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698144239>

* Este artigo é produto de uma dissertação de mestrado elaborada, entre 2011 e 2013, no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (REI, 2013). Ao longo do desenvolvimento da referida pesquisa, contamos com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que disponibilizou uma bolsa de estudo relativa ao Programa de Demanda Social.

** Mestre em Educação Física (UFRJ). Doutorando em Educação (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ). Doutorando em História (Universidade Federal Fluminense – UFF). E-mail: < br.duarteirei@gmail.com > .

*** Doutor em Educação Física (Universidade Gama Filho – UGF). Professor associado da Faculdade de Educação da UFRJ. E-mail: < ajgsoares@gmail.com > .

**** Doutora em Educação (UFRJ). Professora adjunta da Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ. E-mail: < sagatti.rik@terra.com.br > .

REPRESENTATIONS FIGHTS ABOUT SCHOOL PRACTICE'S DEVELOPMENT: BRAZILIAN PHYSICAL EDUCATION IN REVIEW (1976-1979)

ABSTRACT: This paper analyzes, from 1976 to 1979, the differences in school's Physical Education conceptions expressed in magazine *Revista de Educação Física* – a publication edited, since 1932, by the Brazilian Army's Physical Education School – and in official documents that referred to this curricular component. We defend the hypothesis that, more than being just a vehicle for the military dictatorial regime's voice, the *Revista de Educação Física* is characterized, potentially, as an element that added difficulties to the implementation of official strategies for school Physical Education conformation in Brazil (1976-1979). It is shown that, by publishing alternative perceptions about the curricular component under debate, this magazine created, in contradiction, conditions for professionals of this area to achieve conceptions that were differentiated from the model propagated by the military dictatorship through “*Política*” and “*Plano Nacional de Educação Física e Desportos*”.

Keywords: School physical education. Education and teaching press. Representations fights. Military dictatorship (Brazil).

INTRODUÇÃO

A configuração da educação física escolar no período da ditadura militar brasileira é um campo de investigações ainda pouco explorado. Após um levantamento bibliográfico realizado, constatamos que, além dos trabalhos de Beltrami (1992), Taborda de Oliveira (2001), Pinto (2003), Rosa (2006) e Rei (2013), não existem outros estudos que abordam especificamente esse tema. Afora essas referências, observamos algumas publicações que versam sobre aspectos pontuais relativos ao assunto em questão, mas que não tratam esses objetos como elementos centrais de suas pesquisas. Como exemplo, podemos citar a conhecida obra de Ghiraldelli Júnior (1988), que, embora não seja um estudo histórico propriamente dito, recorre frequentemente à história para fundamentar suas posições, interpretações e prescrições. Cabe sublinharmos que, dentro dessa perspectiva, o autor criou uma versão explicativa sobre o desenvolvimento da educação física escolar durante o regime militar. Versão essa que, apesar de suas inconsistências (REI; LÜDORF, 2012; TABORDA DE OLIVEIRA, 2002), ainda é bastante reproduzida por pesquisadores que atuam tanto no campo da Educação quanto no da educação física.

Entre outros objetos de pesquisa, o que escapou aos poucos estudiosos do tema em evidência foi uma análise mais detida dos periódicos especializados em educação física editados ao longo da ditadura militar. De acordo com Bastos (1997), entendemos que a imprensa de educação e ensino, de um modo geral, fornece ao pesquisador possibilidades profícuas para o estudo do pensamento pedagógico de determinados setores ou grupos sociais. Afinal, como a autora chama a atenção, ao prescrever determinadas práticas, valores e normas de conduta, ao construir e elaborar representações do social, esse tipo de imprensa destaca-se, com efeito, como uma fonte privilegiada: a análise dos discursos veiculados e a ressonância dos assuntos debatidos, dentro e fora do universo escolar, possibilita ponderar sobre a política das organizações, as preocupações sociais, as tensões e as filiações ideológicas, as práticas educativas e escolares.

Nos últimos anos, o interesse pelo conhecimento e pela sistematização de informações acerca dos periódicos especializados em educação e ensino tem mobilizado pesquisadores de vários países (CATANI; BASTOS, 1997). No Brasil, notamos que, no campo da Educação, já há uma produção consolidada no que diz respeito ao uso dessas modalidades de periódicos como objeto de estudo e/ou como fonte.¹ Na área de educação física, o estudo de impressos de variada

tipologia também tem ganhado força.² Entretanto, como capta Ferreira Neto e colaboradores (2003, p. 91): “deve-se reconhecer que ainda há um vácuo na investigação dos projetos editoriais em nossa área, quer seja na forma de livro, quer seja em formato de periódico: revistas e jornais”.

Entre 1964 e 1985, circulou no Brasil um total de 13 impressos especializados em educação física e esportes – ver Quadro 1. Entre essas publicações, observamos que a *Revista de Educação Física* – como já pontuamos, editada pela Escola de Educação Física do Exército – e a *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*³ – editada pelo Ministério da Educação e Cultura – destacam-se como os principais periódicos oficiais da área de educação física publicados ao longo do período em pauta.

QUADRO 1 – Índice e ciclo de vida dos periódicos especializados em educação física e em esportes que circularam no Brasil (1964-1985)

Periódicos	Ciclo de vida
<i>Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil</i>	1945-1966*
<i>Artus/Revista de Educação Física e Desportos</i>	1970?-1999
<i>Boletim da Federação Internacional de Educação Física</i>	1969-1989
<i>Comunidade Esportiva</i>	1980-1986
<i>Corpo e Movimento</i>	1983-1985
<i>Esporte e Educação</i>	1969-1977
<i>Revista da Associação de Professores de Educação Física – Londrina</i>	1982-1999
<i>Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo</i>	1953-1979
<i>Revista Brasileira de Ciências do Esporte</i>	1979-2016
<i>Revista Brasileira de Educação Física e Desportos</i>	1968-1984
<i>Revista de Educação Física</i>	1932-2016
<i>Revista Sprint</i>	1982-2005
<i>Revista Kinesis</i>	1984-2016
Total: 13 periódicos	

Fonte: Adaptado de Ferreira Neto et al. (2002).

* Houve, ainda, duas tentativas de recuperar a publicação desse periódico nos anos de 1972 e 1983. Contudo, em cada tentativa, não foi lançado mais do que o número inicial (MELO, 2005).

Encontramos em Taborda de Oliveira (2001) uma análise da série total da *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Tal iniciativa caracteriza-se como parte de sua tese de doutoramento, que objetivou investigar a relação entre o aparato legal-institucional para a educação física escolar brasileira (1968-1984) e suas possíveis apropriações por professores que atuaram durante esse recorte temporal. Para tanto, o autor utilizou como fontes, além da revista supracitada, os programas de educação física da Rede Municipal de Ensino de Curitiba (1972-1983) e os depoimentos de professores que trabalharam nessa mesma rede de ensino (1970-1980).

Por ora, centraremos nossa discussão em aspectos relativos à *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. É interessante notar que, inicialmente, Taborda de Oliveira (2001) parte da suposição de que esse periódico representaria, exclusivamente, uma concepção oficial de educação física escolar – atrelada a interesses do regime militar. Entretanto, com o desenvolvimento da pesquisa, o autor percebeu que esse impresso se assinalava como uma fonte não monolítica, ou seja, não era apenas uma concepção oficial de educação física escolar que estava sendo divulgada pela revista. Mais do que isso, materializava-se em suas páginas um debate internacional, que chegava ao Brasil com, pelo menos, uma década de atraso.

Observamos que as discussões sobre educação física escolar contidas no periódico expressam uma querela entre duas tendências mundiais: o Pragmatismo, que concebia a educação física escolar como um ambiente de formação de atletas de alto rendimento, e o Dogmatismo, que entendia a educação física escolar como um espaço de formação integral dos educandos. Vale destacarmos que, embora houvesse disputas por legitimidade no interior do impresso, isso não significa dizer que uma tendência não tenha se preponderado. Como demonstra Taborda de Oliveira (2001, p. 84), o ciclo de vida da *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos* pode ser dividido em três fases:

A primeira refere-se a um debate bastante polarizado entre os defensores da orientação dogmática e os defensores da orientação pragmática. Como vimos, essas duas tendências dividiam as opiniões com respeito à relação entre Educação Física e esporte. Pode-se dizer que essa primeira fase da Revista vai até meados dos anos 1970. Por esse período, que identifiquei como sendo o início de uma segunda fase, o que se nota nas páginas da Revista é a consolidação da perspectiva pragmática, sendo bastante reduzidos os debates e, até mesmo, as críticas em torno da esportivização da Educação Física. Essa segunda fase vai até o final da década de 1970 e cede lugar à terceira e última fase, caracterizada pela emergência da Psicomotricidade e dos primeiros discursos denunciando a submissão da Educação Física escolar aos códigos esportivos.

Notamos, então, que a revista em debate disseminou, juntamente com o ideário oficial, outras possibilidades de intervenções pedagógicas para a educação física escolar. Possibilidades essas que eram, inclusive, antagônicas aos interesses do regime militar – tanto no sentido de propor práticas escolares alternativas quanto no de propagar distintas concepções acerca do que era educação física escolar. Considerando essas informações, Tabora de Oliveira (2001, p. 29, grifado no original) conclui que:

A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos [...] difundiu a ideia do esporte como pressuposto básico da Educação Física escolar. No entanto [...], várias outras possibilidades foram difundidas pela Revista, o que abria espaços para uma compreensão da Educação Física como prática pedagógica diferente daquela proposta pelos programas oficiais. Há que se considerar ainda que a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos ora caracterizava a Educação Física como mera atividade ao divulgar uma tendência claramente utilitarista para essa disciplina, ora a descaracteriza como mera atividade física quando divulgava a necessidade de um trato científico e uma orientação humanista para a disciplina no interior da escola, atrelados à noção de um conhecimento a ser abordado por essa disciplina. Ou seja, entre a prática de uma atividade e a reflexão sobre uma área de conhecimento o debate estava aberto [...].

Em relação à *Revista de Educação Física*, constatamos que os esforços entabulados por Lima (1980), Bercito (1991), Ferreira Neto (1999), Soeiro (2003) e Bermond (2007) são exemplos de pesquisas que se preocuparam em deslindar questões acerca da história da educação física brasileira por meio de sua análise como objeto de estudo e/ou fonte. No entanto, a despeito de sua relevância histórica,⁴ não se podem detectar estudos pormenorizados sobre esse periódico nos anos da ditadura militar, tal qual o que foi realizado por Tabora de Oliveira (2001) no que se refere à *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*.

Em vista do exposto, este artigo objetiva analisar, entre 1976 e 1979, as tensões entre as concepções de educação física escolar expressas nas edições da *Revista de Educação Física* e nos documentos oficiais referentes ao ensino desse componente curricular. O recorte temporal adotado justifica-se por três aspectos: (a) por contemplar o período em que se concentram os artigos mais densos sobre o assunto “Fundamentos pedagógicos da Educação Física”⁵ publicados entre 1964 e 1985; (b) por se inserir em uma fase de estabilidade do projeto editorial da *Revista de Educação Física* (1964-1985); e (c) por abarcar os anos de vigência da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”.⁶

O perfil teórico deste estudo incorpora contribuições oriundas dos debates travados no âmbito da Nova História Cultural, conforme a concebe Roger Chartier. Como é sabido, a noção de representação pode ser caracterizada como a pedra angular da abordagem

historiográfica em evidência. Segundo Chartier (1988, p. 23), a análise dessa ferramenta conceitual nos possibilita articular três modalidades da relação com o mundo social: (a) “o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos”; (b) “as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição”; e (c) “as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns representantes (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam, de formas visíveis e perpetuadas, a existência do grupo, da classe ou da comunidade”.

É importante salientarmos que, de acordo com o ponto de vista em destaque, as representações do mundo social, embora almejem a universalidade de um diagnóstico embasado na razão, serão sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Desse modo, as percepções do social são entendidas como isentas de neutralidade e, portanto, diretamente relacionadas com a produção de estratégias e práticas – sociais, escolares, políticas etc. – que visam impor uma autoridade à custa de outras, tendo-se em vista o intuito de legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Logo, o estudo das representações, conforme propõe Chartier (1988, p. 17), “supõe-nas como estando sempre colocadas em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”. Ao tomarmos a *Revista de Educação Física* e os documentos oficiais referentes ao ensino desse componente curricular como objetos centrais de nossa investigação, partiremos, assim como Bermond (2007), do entendimento de que essas fontes são suportes materiais privilegiados para se deslindarem lutas de representações travadas a fim de se conformarem e/ou legitimarem práticas exemplares daquilo que seus autores concebiam como educação física escolar.

Como define Vainfas (2007), se a noção de representação é vista como a pedra angular da abordagem historiográfica em discussão, a de apropriação pode ser considerada o seu centro. Para Chartier (2002, p. 68):

A apropriação tal como a entendemos visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem. Dar assim atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, sustentam as operações de construção de sentido (na relação da leitura, mas também em muitas outras) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes que sejam filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas.

De acordo com essa perspectiva, procuraremos levar sempre em consideração o entendimento de que:

As obras – mesmo as maiores, ou, sobretudo, as maiores – não têm sentido estático, universal, fixo. Elas estão investidas de significações plurais e móveis, que se constroem no encontro de uma proposição com uma recepção. Os sentidos atribuídos às suas formas e aos seus motivos dependem das competências ou das expectativas dos diferentes públicos que delas se apropriam. Certamente, os criadores, os poderes ou os *experts* sempre querem fixar um sentido e enunciar a interpretação correta que deve impor limites à leitura (ou ao olhar). Todavia, a recepção também inventa, desloca e distorce. (CHARTIER, 1999, p. 9, grifo do original)

Em vista disso, torna-se imperativo termos continuamente em horizonte as múltiplas possibilidades de recepções e apropriações das representações contidas nas fontes oficiais que serão aqui analisadas. Por outro lado, pretendemos demonstrar que, assim como a *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, a *Revista de Educação Física* não era uma mera propagadora das orientações oficiais para a prática da educação física escolar no Brasil (1976-1979), ou seja, também circulavam em suas páginas concepções alternativas acerca dos pressupostos teóricos e metodológicos referentes ao ensino desse componente curricular.

Sendo assim, trabalharemos a hipótese de que, mais do que uma porta-voz do regime militar, a *Revista de Educação Física* caracterizou-se, potencialmente, como um elemento dificultador da implementação das estratégias oficiais de conformação da educação física escolar no Brasil (1976-1979). Acreditamos que, ao pôr em circulação percepções alternativas sobre o componente curricular em destaque, esse impresso gerou, contraditoriamente, condições para que os profissionais da área pudessem se apropriar de fundamentos distintos dos contidos no modelo propagado pelo regime militar por meio da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”.

Esperamos, enfim, que este trabalho possa lançar novas luzes sobre a configuração da educação física escolar no período da ditadura militar brasileira. Ao procurarmos compreender melhor determinadas especificidades acerca desse assunto, abordando questões pertinentes a ele relacionadas, acreditamos estar promovendo uma reflexão relevante a respeito de um objeto de estudo ainda pouco discutido nas produções historiográficas no que se refere a períodos mais recentes, ainda que a relação entre Pedagogia, Educação Física e meios militares já tenha recebido atenção de outros pesquisadores no que tange a períodos anteriores.⁷ Para melhor organizar o caminho de defesa de nossa hipótese, estruturamos este artigo em duas seções. Na primeira, apreciaremos a (nova) concepção oficial de educação física escolar que circulou no

Brasil de 1976 até 1979. Em seguida, demonstraremos como a *Revista de Educação Física* (1976-1979) caracterizou-se, contraditoriamente, como um potencial elemento dificultador de tal concepção.

UMA NOVA CONCEPÇÃO OFICIAL

Entre 1976 e 1979, foi difundida uma nova concepção oficial de educação física escolar no Brasil, que se pautava nas orientações contidas na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. Ao fixar a ação do Ministério da Educação e Cultura na área de educação física e esportes, a “Política Nacional de Educação Física e Desportos” avaliou, entre outros aspectos, a possibilidade de se implantarem duas doutrinas voltadas para o desenvolvimento desse setor: o Pragmatismo ou o Dogmatismo. Expressa na política em evidência, a seguinte passagem nos ajuda a compreender melhor o foco de tais doutrinas, bem como algumas de suas convergências e divergências:

[...] podem ser sintetizadas em duas as doutrinas adotadas pelos países na condução de sua política de desportos: o Pragmatismo, que orienta o indivíduo para o resultado – a competição, e o Dogmatismo, que adota posição diversa, orientando a prática de Educação Física e desportos para fins educacionais.

Onde pode ser claramente observada a diferença entre as duas doutrinas é na Educação Física escolar, interpretada pelo Pragmatismo como iniciação desportiva, ao passo que o Dogmatismo estabelece apenas a educação do movimento, até cerca de dez anos. Entretanto, ambas as concepções convergem para a prática da Educação Física ou desporto de massa, derivando daí o desporto de alto nível, característica das competições nacionais e internacionais. (BRASIL, 1976, p. 32)

A “Política Nacional de Educação Física e Desportos” assume que, levando em consideração as condições do Brasil, a escolha pela doutrina pragmática seria a mais apropriada. No entanto, simultaneamente, reconhece que uma tendência mundial à adoção do Dogmatismo conduz à idealização de um modelo próprio de Pragmatismo – entendido como imune a confrontações. Esse modelo deveria explorar, para efeito imediato, algumas convergências das doutrinas pragmática e dogmática e optar, em médio e em longo prazos, por uma base estritamente dogmática. Em termos práticos, o modelo de educação física escolar idealizado na política em tela pode ser descrito da seguinte maneira:

[...] a Educação Física estudantil tem início com a educação do movimento, na ênfase aos contatos com a natureza e em exercícios e jogos nos quais o ritmo, o esquema corporal, a organização tempo-espacial e a coordenação são essenciais. A iniciação desportiva começará depois da faixa etária dos dez anos – 5ª série do 1º grau –, quando haverá a orientação para as atividades de massa ou para a

competição de alto nível dentro do setor escolar. Essas últimas alternativas deverão ser incentivadas de imediato, visando-se à geração de estímulos indiretos para as atividades físicas da educação formal, fechando, assim, o ciclo de motivação e mobilização da população. (BRASIL, 1976, p. 40)

Apesar do intento de se criar um modelo imune a confrontações, as orientações para a educação física escolar estabelecidas na “Política Nacional de Educação Física e Desportos” apenas incorporam, nas séries iniciais de escolarização, alguns fundamentos da doutrina dogmática. Aliás, o principal fator de distinção entre ambas as concepções não foi eliminado: o entendimento de que a educação física escolar é a base do sistema esportivo nacional – e, conseqüentemente, um espaço privilegiado para o desenvolvimento da iniciação, do treinamento e da detecção de talentos esportivos.⁸ Como exemplo, vejamos a seguinte citação, contida na conclusão da política em debate:

Entende-se a Educação Física escolar como causa e o desporto de alto nível como efeito, tendo o desporto de massa como intermediário.

[...] Em termos de administração, é evidente que a maior parte dos investimentos deve ser orientada para a Educação Física escolar.

Tal opção, sobremaneira justificada ao nível técnico, poderá, todavia, sofrer dificuldades na implementação, por falta da orientação das pessoas e entidades envolvidas, ainda prioritariamente voltadas para o efeito, isto é, o desporto de alto nível. [...] Acresce que o desporto de massa cobre o hiato observado entre a Educação Física estudantil e o desporto de alto nível, por intermédio das grandes iniciativas de mobilização popular. (BRASIL, 1976, p. 53-54)

O “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, evidentemente, corroborou o modelo de educação física escolar expresso na “Política Nacional de Educação Física e Desportos”. Isso pode ser observado, entre outras passagens, no momento em que esse documento divulga orientações para possíveis tomadas de ações na área de educação física e esporte estudantil. De acordo com o plano em destaque, todas as medidas adotadas nesse setor deveriam levar em consideração determinadas diretrizes estipuladas pelo regime militar, que podem ser classificadas como as de ordem qualitativa e as de ordem quantitativa:

Para a qualidade, serão adotadas as seguintes diretrizes:

- ênfase na melhoria dos padrões de Educação Física, sobretudo nas quatro últimas séries do 1º grau, no 2º grau e no ensino superior;
- para as quatro últimas séries do 1º grau, a atividade-meio será a iniciação desportiva e, no 2º grau e no superior, será enfatizado o treinamento para as atividades gímnicas-desportivas e o desporto competitivo;

São indicados os seguintes procedimentos para atingir os objetivos quantitativos:

- incluir, na programação, os alunos das quatro primeiras séries do 1º grau, destacando as atividades físicas relativas à educação do movimento e da postura;
- concentrar as ações inicialmente nas áreas urbanas, partindo, progressivamente, para outros núcleos populacionais [...]. (BRASIL, 1976, p. 65-66)

Além de reforçar a concepção de educação física escolar expressa na “Política Nacional de Educação Física e Desportos”, o “Plano” delineou, concomitantemente, ações que buscavam garantir as condições objetivas necessárias para a implementação desse ideal. Para a área de educação física e esporte estudantil, foram criados dois projetos prioritários: “Expansão da Educação Física e Desportos no Ensino de 1º e 2º Graus” e “Expansão da Educação Física e Desportos no Ensino Superior”. A seguinte citação, publicada no plano em evidência, explana os objetivos e as metas do projeto “Expansão da Educação Física e Desportos no Ensino de 1º e 2º Graus”:

- Objetiva promover a expansão da Educação Física nos 1º e 2º graus de ensino, atualizar currículos e programas, estimular a formação de recursos humanos, melhorar as instalações e equipamentos existentes, melhorar as condições de saúde e nutrição nas escolas, elaborar normas para a construção de material desportivo a preços acessíveis e colaborar na organização de competições.

Para atingir tais objetivos, são fixadas as seguintes metas:

- Propiciar a prática das atividades físicas e desportivas ao maior número possível de alunos;
- Aumentar e melhorar as instalações e equipamentos existentes, com um acréscimo de 65% em sua capacidade de atendimento;
- Alocar recursos financeiros da ordem de Cr\$ 200 milhões, adotando o princípio da contrapartida obrigatória, nos termos das normas a serem estabelecidas. (BRASIL, 1976, p. 75)

Agora, vejamos os objetivos e as metas estabelecidas para o projeto “Expansão da Educação Física e Desportos no Ensino Superior”:

- Visa promover a plena utilização da capacidade instalada dos equipamentos existentes; aperfeiçoar e expandir a rede de instalações através da alocação de recursos financeiros; estimular os universitários aptos a serem encaminhados ao desporto de alto nível; incentivar as pesquisas e a difusão de métodos e técnicas necessárias ao desenvolvimento do setor.

Com base nestes objetivos, são fixadas as seguintes metas, para o período de 1976/1979:

- Elevar ao máximo o número de alunos do nível superior nas práticas desportivas;
- promover uma oferta adicional na capacidade de atendimento das instalações, de 240 mil alunos no contingente atendido pela Educação Física a nível superior;
- Aplicar recursos financeiros da ordem de Cr\$ 106,3 milhões para o atendimento aos projetos do setor. (BRASIL, 1976, p. 75)

Como se pode notar, a “Política” e o “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” procuraram estabelecer os fundamentos e as condições objetivas necessárias para a implantação de um novo modelo de educação física escolar no Brasil, que, em resumo, pode ser definido por três aspectos centrais: (a) pelo entendimento de que a educação física escolar é a base do sistema esportivo nacional – e, conseqüentemente, um espaço privilegiado para o desenvolvimento da iniciação, do treinamento e da detecção de talentos esportivos; (b) pelo uso de fundamentos do Dogmatismo nas séries iniciais de escolarização – notadamente, o trabalho focado no processo de desenvolvimento motor dos educandos; e (c) pelo uso de fundamentos do Pragmatismo a partir do quinto ano de escolarização – notadamente, o trabalho focado na iniciação esportiva e no treinamento esportivo propriamente dito. A seguir, demonstraremos como a *Revista de Educação Física* (1976-1979) caracterizou-se, contraditoriamente, como um potencial elemento dificultador da consolidação do modelo de educação física escolar discutido nesta seção.

UM POTENCIAL ELEMENTO DIFICULTADOR

Entre 1976 e 1979, há uma relação estabelecida entre a publicação da *Revista de Educação Física* e a necessidade de se consolidarem as orientações contidas na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. Tal conexão pode ser percebida nos editoriais divulgados durante esse recorte temporal, que explicitam, entre outras coisas, um dos escopos centrais do periódico em debate: pôr em circulação conhecimentos que sirvam para impulsionar os novos estímulos governamentais direcionados para a área de educação física e esportes.

Apesar do estabelecimento do objetivo citado, acreditamos na impossibilidade de definir a *Revista de Educação Física* como uma mera propagadora das orientações oficiais para a educação física escolar no Brasil (1976-1979). Nas edições analisadas, a maioria dos trabalhos que tratam do tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física” apresenta pontos de vista contrários aos contidos na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. De um total de 16 artigos, 7 – 43,75% – podem ser classificados como consonantes à concepção oficial de educação física escolar; em contrapartida, nove – 56,25% – podem ser categorizados como antagônicos.

As publicações que expressam visões alinhadas com as oficiais estão mais ou menos de acordo com o que proclama o Pragmatismo. Entre esses trabalhos, merece destaque o publicado pelo major Rômulo Bini Pereira – ex-instrutor da Escola de Educação Física do Exército.

Vejamos, a seguir, as conclusões estabelecidas por esse autor:

Nos fundamentos e diretrizes de nossa legislação esportiva – Política e Plano Nacional de Educação Física e Desportos – o governo brasileiro estabeleceu a doutrina PRAGMÁTICA e a gestão MISTA como orientadores e condutores de nosso sistema esportivo.

O primeiro – doutrina pragmática – realça a importância do resultado em nosso esporte, e o segundo – gestão mista – permite a convivência harmônica entre as iniciativas governamentais e as de cunho privado.

Neste trabalho, procuramos manter as propostas apresentadas o mais próximo possível destes dois orientadores. Sem podermos evitar o caráter de generalização em algumas delas, a doutrina PRAGMÁTICA e, em especial, a gestão MISTA, estão presentes em nossas propostas. Assim o fizemos por acreditar que a nossa legislação esportiva, em seu todo, é coerente com a nossa realidade política, social e econômica e possível de nos conduzir a uma posição de destaque a nível mundial. (PEREIRA, 1979, p. 21)

Entretanto, diz Pereira (1979, p. 21, grifo do original):

[...] em nossos dias o esporte de competição desenvolve-se a um ritmo crescente. E se desenvolve em razão de um dado incontestável: o esporte de competição e o seu produto, **o resultado**, é um fator de projeção nacional. [...] Acreditamos que nesse momento a principal componente e condutora de qualquer modelo esportivo, **a ação governamental**, deverá estar presente. Uma presença que em nosso país teria início no próprio campo da Educação Física, com uma opção favorável ao esporte de alto nível.

No amplo número de componentes deste campo, todos de validade inquestionável, é impossível uma ação governamental concreta e equilibrada. É necessário optar em em qual delas a ação será prioritária. E a melhor opção é o esporte de alto nível.

[...] É ele que representa o início e o fim de todo o processo esportivo, através dos resultados dos grandes atletas e das grandes equipes. É ele que orienta o jovem para o esporte, para um maior número de praticantes e de adeptos, para uma maior divulgação e para o surgimento de iniciativas em auxílio às governamentais.

Mesmo aderindo ao Pragmatismo, Pereira (1979) endereça críticas à organização do sistema esportivo brasileiro. Entre outros aspectos, é possível perceber que o autor se posiciona contra determinadas especificidades do modelo de educação física escolar elaborado pelo regime militar. Pereira (1979) acredita ser impossível delinear uma ação governamental que consiga conciliar, de um modo equilibrado e concreto, o Pragmatismo e o Dogmatismo – concebidos como duas doutrinas antagônicas. Dentro dessa perspectiva, o autor defende a adoção de uma abordagem da educação física escolar estritamente pragmática, isto é, sem a incorporação de fundamentos dogmáticos e fortemente comprometida com o desenvolvimento do esporte de alto nível.

Pereira (1979) não é o único autor que, por dentro de um viés pragmático, desenvolve críticas a questões relativas à configuração da educação física escolar no Brasil. Como exemplo, podemos destacar as considerações feitas por Sandra Maria Perez, Dante Rose Júnior e Emédio Bonjardim – pesquisadores do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul (CELAFISCS):

A aplicação da atividade física, em nosso meio, se processa quase sempre sem qualquer planejamento.

A responsabilidade da elaboração de um programa de iniciação esportiva para crianças e adolescentes, em geral, é atribuída ao professor de Educação Física, muitas vezes inexperiente e – o que é mais importante – sem qualquer retaguarda quanto a material, local e até horário indispensável para o bom aproveitamento dos escolares.

A situação se agrava ainda mais se considerarmos o aspecto de competições, onde as equipes colegiais, em geral, são formadas às vésperas dos torneios, com as crianças partindo para a disputa sem qualquer orientação quanto a repouso, alimentação, treinamento e até mesmo quanto à atitude perante um adversário (PEREZ, ROSE JÚNIOR.; BONJARDIM, 1979, p. 22).

Todavia, ponderam os autores:

[...] podemos concluir que, embora o preparo de equipes colegiais para competições interescolares seja precário na maioria das cidades brasileiras, as condições observadas em uma cidade em grande desenvolvimento industrial revelam que esquemas de “esporte para a comunidade” já começam a ser desenvolvidos. Assim, nesse levantamento, podemos dizer que, em termos de treinamento esportivo, dentro da nossa realidade, os escolares foram, em geral, bem preparados, embora ainda ocorressem muitos equívocos nas formas básicas do treinamento [...].

Por outro lado, não se registrou a menor atenção do professor em orientar os alunos quanto à alimentação, em termos de horário e ritmo.

Assim, concluímos que o preparo das equipes interescolares está, em geral, em baixos níveis, embora já se observe, em áreas mais desenvolvidas do país, a influência positiva de um “plano de esportes” voltado para a comunidade. (PEREZ; ROSE JÚNIOR; BONJARDIM, 1979, p. 23).

Apesar das críticas contidas nos trabalhos citados, acreditamos que eles não podem ser classificados como antagônicos ao modelo oficial de educação física escolar. Parece-nos que, em ambos os artigos, seus autores estão mais preocupados em aperfeiçoar o modelo estabelecido para o componente curricular em debate do que em propor algo que vá ao encontro de seu fundamento central: o entendimento de que a educação física escolar é a base do sistema esportivo nacional – e, conseqüentemente, um espaço privilegiado para o desenvolvimento da iniciação, do treinamento e da detecção de talentos esportivos.

De fato, a concepção de que a educação física escolar é o alicerce do sistema esportivo nacional está muito arraigada nos

artigos que expressam visões consonantes com as propagadas pelo regime militar. Em muitos casos, esse componente curricular chega a ser tratado como sinônimo de treinamento esportivo:

No Brasil, o fato dos clubes se constituírem indevidamente na “célula mater” do esporte de elite obriga os técnicos a tornarem-se verdadeiramente engenhosos na aplicação de formas de treinamento, uma vez que não existe tempo hábil para que se processe um trabalho metódico, racional e sistematizado, quando várias são as categorias de jovens a treinar no mesmo espaço físico e dentro de uma mesma agremiação atlética.

Em virtude disso nos propomos a apresentar uma forma de trabalho motivante que possa ser ministrada tanto em agremiações atléticas como em estabelecimentos de ensino, principalmente no 2º grau.

Este treinamento em circuito se consagrou com a Seleção Brasileira de Voleibol, quando da realização dos XXI Jogos Olímpicos de Montreal, e continua sendo ministrado à atual equipe brasileira com pequenas modificações. (ROCHA, 1979, p. 69)

O plano de trabalho contido no artigo publicado pelo capitão Paulo Sérgio Oliveira da Rocha – instrutor da Escola de Educação Física do Exército – foi feito para ser aplicado em estabelecimentos de ensino ou em agremiações atléticas. Para esse autor, o treinamento esportivo é uma prática digna de ser desenvolvida tanto em espaços escolares – mais precisamente, nas aulas de Educação Física – quanto em espaços clubísticos. Aliás, o principal argumento que legitima a sua proposta é o uso bem-sucedido do Treinamento em Circuito pela Seleção Brasileira de Voleibol nos XXI Jogos Olímpicos de Montreal, ou seja, não é o êxito em uma experiência escolar que fundamenta a importância do seu plano de trabalho, e, sim, o sucesso alcançado em uma competição esportiva.

O major Paulo Roberto Wortmann – também instrutor da Escola de Educação Física do Exército – expõe outra proposta que visa a contribuir para a formação de atletas de alto rendimento através da prática da educação física escolar:

Para se formar um atleta de alto nível, seja de que modalidade for, é necessária uma formação bem-conduzida, seguindo-se as etapas definidas e diretamente relacionadas à faixa etária, ao potencial de cada indivíduo e ao grau de assimilação do mesmo. Para tal, há necessidade de um trabalho metodizado e, muito mais que isso, um tempo bastante grande para ser possível o desenvolvimento e a conquista de performances de alto nível.

[...] Como denominador comum de qualquer programa, seja para qual for a modalidade desportiva, vamos encontrar sempre a ginástica e o atletismo.

Face à importância que o atletismo tem, e visto que essa modalidade não tem qualquer significado para a maioria de nossos dirigentes e professores de Educação Física, é que será apresentado este trabalho.

É necessário que o Brasil inteiro comece a praticar atletismo, a fim de que os resultados dos outros desportos possam evoluir. (WORTMANN, 1978, p. 58)

A proposta de Wortmann (1978) é parecida com a de Rocha (1979). Em termos gerais, o único aspecto que as diferencia é que, em vez de focar uma modalidade específica, Wortmann (1978) apresenta um plano de trabalho que contém uma pretensão mais abrangente: chamar a atenção para a relevância da inclusão de um programa de atletismo no planejamento das aulas de educação física. Programa esse que é entendido como um elemento fundamental para a formação de atletas de qualquer modalidade esportiva. Em que pesem suas diferenças, há, nesses dois artigos, um alinhamento com o Pragmatismo. É possível perceber claramente que tanto Wortmann (1978) quanto Rocha (1979) entendem que o componente curricular em debate não tem como objetivo principal a formação integral dos educandos, fundamento central do Dogmatismo. Para esses autores, bem como para os demais que se alinham com a concepção oficial, o escopo basilar da educação física escolar é a formação de atletas de alto rendimento, tal como reza o Pragmatismo.

Os artigos que apresentam visões contrárias às oficiais estão mais ou menos alinhados com o que proclama o Dogmatismo. Em grande parte dessas publicações, uma característica nos chamou a atenção: as críticas endereçadas às ações governamentais tomadas na área de educação física e esportes. A título de exemplo, vejamos a seguinte passagem, expressa no artigo assinado por Manoel José Gomes Tubino – ex-aluno da Escola de Educação Física do Exército:

Na perspectiva internacional da Educação Física, qualquer tentativa de justaposição à realidade brasileira, dentro de uma observação das mais preliminares, estaria correndo o perigo de uma total inexequibilidade. Por exemplo, a adoção da orientação pragmática em regiões de pouco desenvolvimento socioeconômico seria investir sem receber resultados.

O nosso ponto de vista de educador não aceita, mesmo em “polos de excelência” (São Paulo, por exemplo), a implantação pura e simples de um movimento desportivo (orientação pragmática) sem implementação paralela de uma Educação Física com todas as suas manifestações de componente educacional. (TUBINO, 1976, p. 10)

Dentro dessa perspectiva, o autor avança com seus argumentos:

Nos últimos tempos, temos sido testemunhas de muitos fatos essencialmente pragmatistas e de poucas manifestações dogmatistas. O intercâmbio cultural Brasil-Alemanha de Educação Física, a campanha de São Paulo “Adote um Atleta”, os projetos de criação de Ministério dos Esportes e Batalhão Desportivo, etc., (sic.) fortalecem a nossa afirmação de que ainda não existe um posicionamento ideal no Brasil para a criação de uma concepção adequada da Educação Física.

Mas como o governo brasileiro mais do que nunca está visivelmente interessado em enfrentar os problemas da Educação Física nacional, as nossas esperanças estão reativadas para dias melhores. (TUBINO, 1976, p. 10)

Os fragmentos expostos reforçam a afirmação de que a *Revista de Educação Física* (1976-1979) não era um impresso monolítico. Esse periódico era, com efeito, um espaço aberto para a exposição e o debate de ideias, as quais, no que diz respeito ao tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física”, na maioria dos casos, manifestavam posições antagônicas às defendidas pelo regime militar. Se, em Tubino (1976), observamos uma análise mais geral das ações oficiais tomadas na área de educação física e esportes, em outras publicações, percebemos apreciações mais específicas. A próxima citação, trecho de um artigo publicado por Jayr Jordão Ramos – vice-presidente da *Fédération Internationale d'Éducation Physique (FIEP)* –, tece considerações sobre a Teoria da Pirâmide Esportiva – fundamento central da concepção de educação física escolar defendida na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”:

A célebre Teoria da Pirâmide [Esportiva], um tanto duvidosa e falsa em face da realidade dos fatos, deve ser analisada com inteligência. Melhor seria a representação por blocos superpostos. Na verdade, um grande campeão não resulta, progressivamente, da seleção oriunda do desporto escolar e de massa, embora neles possa ser descoberto.

[...] Na escola, desde o Jardim de Infância até a Universidade, caberá ao professor de Educação Física a ação principal na formação da juventude, havendo perigo se ela for concebida, unicamente, em função de altos rendimentos, com prejuízo para a maioria dos praticantes.

No nível universitário mundial, ao contrário do que muitos pensam, é quase inexistente a obrigatoriedade da Educação Física. Somos favoráveis que sua prática seja facultativa, mas que nas Universidades devam existir ótimas instalações e um quadro de professores e técnicos bem-qualificados para realização de qualquer atividade física, humanitária ou de alto nível. (RAMOS, 1979, p. 12)

Defendendo uma concepção dogmática de educação física escolar, conclui Ramos (1979, p. 12-13):

Nos dias vindouros, em virtude das dimensões políticas do fenômeno desportivo, continuará a luta pelas duas linhas de ação: Educação Física humanista e prática desportiva agonística. Elas representam a luta do humanismo contra o treinamento exagerado, do desenvolvimento físico racional contra a alta especialização desportiva, da doutrina contra o pragmatismo, da tradição pedagógica contra a busca de recordes, da filosofia do essencialismo contra o existencialismo, do desporto-jogo contra o de alta competição. Por determinismo social, ambas as linhas subsistirão, não adiantando uma querer anular a outra. Os seus campos já se encontram perfeitamente definidos.

[...] O desporto agonístico ou pragmático, baseado no esforço máximo e de superação, continuará na sua rota em busca de recordes e vitórias a qualquer preço, mas acreditamos que os verdadeiros educadores, intimamente ligados pelos princípios pedagógicos essenciais, saberão impor, em todos os países, uma Educação Física racional, harmoniosa e útil, estruturada para ser posta verdadeiramente a serviço do homem e da sociedade.

Além de demonstrar que a *Revista de Educação Física* (1976-1979) era um veículo aberto para a divulgação de ideias plurais, as citações referentes aos textos de Tubino (1976) e Ramos (1970) nos ajudam a compreender a principal preocupação dos defensores da doutrina dogmática: a transformação da educação física escolar em uma prática destinada, exclusivamente, à iniciação, ao treinamento e à detecção de talentos esportivos. Para os adeptos dessa orientação, as iniciativas oficiais estavam ofuscando as dimensões educativas da educação física escolar. Em seu lugar, valorizava-se um conjunto de aspectos concebidos como ideais que desqualificavam as potencialidades educacionais desse componente curricular: a competição exacerbada, a alta especialização esportiva, a busca da vitória a qualquer preço, a exclusão dos alunos menos aptos etc. Cabe advertirmos que os autores alinhados com o Dogmatismo não condenavam o uso do esporte para o alcance de finalidades educacionais, muito pelo contrário. O que estava em questão era a submissão das aulas de educação física aos códigos do esporte de alto rendimento.

Também observamos na *Revista de Educação Física* (1976-1979) publicações que, embora não fizessem críticas diretas às iniciativas oficiais, difundiam visões sobre a educação física escolar que podem ser consideradas antagônicas às estabelecidas pelo regime militar. Vejamos, por exemplo, o seguinte fragmento, contido no artigo escrito por Ivani Sauwen – funcionária do setor de recreação infantil do Serviço Social do Comércio (Sesc):

O homem deve ser educado para o lazer desde a infância, e a recreação é uma das mais eficientes aliadas a serviço da educação, oferecendo oportunidades de experiências enriquecedoras, tendo em vista à formação de atitudes e a integração positiva à vida.

[...] É realmente necessário educar a criança para o lazer, mais é tão ou mais importante mantê-la por toda a vida consciente de suas necessidades básicas, buscando, através da recreação, a liberação do automatismo ativo e reflexivo do cotidiano e o enriquecimento individual, grupal e comunitário.

Em recreação, consideramos que a participação se sobrepõe ao desempenho ou **performance**, o que vem derrubar todos os **muros** da autocrítica, inibição ou medo de não produzir o esperado. (SAUWEN, 1976, p. 46, grifo do original)

A passagem em destaque expressa uma visão que vai de encontro às orientações difundidas na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. Sauwen (1976) desenvolve formulações que, entre outros aspectos, preconizam a recreação como uma ferramenta educacional de grande valia para a educação física escolar. Para a autora, a relevância da recreação não está atrelada às suas possíveis contribuições para a iniciação, o treinamento e a detecção de talentos esportivos. Sauwen (1979) está,

de fato, preocupada com a importância dessa ferramenta educacional para o processo de formação integral dos educandos. Aliás, cabe sublinharmos que a autora demonstra desprezo pelo trabalho voltado para a obtenção de performances de alto rendimento – considerado uma possibilidade que cria barreiras simbólicas que impedem a participação efetiva dos alunos menos aptos.

Ainda no que tange aos trabalhos que defendem concepções antagônicas às oficiais, outro exemplo digno de nota é a próxima citação, que integra o artigo publicado pelo capitão Cláudio Eustáquio Duarte – aluno da Escola de Educação Física do Exército:

[...] o objetivo maior da educação [é] o de dotar o homem de instrumentos capazes de impulsionar as transformações materiais e espirituais ocorridas na sociedade e, desde que a educação aumenta o poder do homem sobre a natureza, a Educação Física e os esportes são um componente da educação, porque visam à educação através do físico, pelo físico. Os gregos, há dois mil anos, cultivam a beleza física, a harmonia do corpo, o “Praxiteles”, cuja escultura nos foi legada. Os instrumentos da educação grega eram a música ou a cultura literária ou artística para o espírito e a ginástica para o corpo. Já então, filósofos como Platão, pregavam a perfeição da mente pelo aperfeiçoamento do corpo, por causa da interdependência existente entre ambas, pelo fato de que ambas as culturas afetavam o caráter. (DUARTE, 1977, p. 78)

O fragmento em evidência compõe um trabalho que se preocupa em descrever o processo de desenvolvimento histórico da educação física e do esporte no mundo. Todavia, mesmo não tendo como objetivo discutir especificamente questões relativas à educação física escolar, há embutido no texto em questão um apreço pelo Dogmatismo. Como bem define Tubino (1976), a distinção entre o Pragmatismo e o Dogmatismo é clara: a primeira doutrina estrutura a educação física escolar tendo como meta final a medalha olímpica; e a segunda, apesar de não abrir mão de incluir o esporte como conteúdo da educação física escolar, a estrutura tendo como intuito final contribuir para o alcance da educação integral dos educandos. Diante desse quadro, o posicionamento de Duarte (1977), assim como o dos autores que se alinham com a doutrina dogmática, é notório: a educação física escolar não se trata de uma prática pedagógica comprometida com a formação de atletas de alto rendimento, e, sim, com a formação integral dos escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exemplos apresentados na seção anterior nos ajudam a compreender que estudar as edições da *Revista de Educação Física* (1976-1979) não significa apreciar exclusivamente a política do regime militar

formulada para a educação física escolar brasileira. Mais do que isso, tal empreendimento caracteriza-se como uma experiência de análise de “lutas de representações” (CHARTIER, 1988, p. 17) travadas a fim de se conformarem e/ou legitimarem práticas exemplares daquilo que seus autores concebiam como educação física escolar.

O debate estava aberto e, conforme demonstra Ramos (1979), manifestava-se em amplitude internacional: de um lado, adeptos do Pragmatismo propunham uma abordagem comprometida com o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, destacando a relevância da educação física escolar para a formação de atletas profissionais; por outro, os filiados ao Dogmatismo preconizavam a formação integral dos escolares, tomando por base a importância da educação física – e, de um modo geral, das práticas corporais – para o alcance desse objetivo.

Diante dessas duas orientações concorrendo em relação à construção de uma “cultura escolar” (JULIA, 2001, p. 10)⁹ para a educação física no Brasil e no exterior, a ditadura militar tomou a sua posição: por meio da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, desenvolveu um modelo híbrido, que mesclava fundamentos das doutrinas pragmática e dogmática. No entanto, conforme se pode verificar, o modelo em questão não conseguiu eliminar o principal ponto de conflito entre o Pragmatismo e o Dogmatismo: o entendimento de que a educação física escolar é a base do sistema esportivo nacional – e, conseqüentemente, um espaço privilegiado para o desenvolvimento da iniciação, do treinamento e da detecção de talentos esportivos.

Como procuramos demonstrar, a *Revista de Educação Física* (1976-1979), nesse contexto, assume-se como um projeto editorial que visava pôr em circulação conhecimentos úteis para impulsionar os novos estímulos governamentais direcionados à área de educação física e esportes. Entretanto, juntamente com o ideário oficial, esse impresso também divulgava concepções antagônicas acerca desse componente curricular. Aliás, a maioria das publicações que abordavam questões relativas à educação física escolar apresenta pontos de vista contrários aos defendidos pela ditadura militar.

Em vista disso, parece-nos ser possível afirmar que, mais do que uma porta-voz do regime militar, a *Revista de Educação Física* caracterizou-se, potencialmente, como um elemento dificultador da implementação das estratégias oficiais de conformação da educação física escolar no Brasil (1976-1979). Acreditamos que, ao pôr em circulação percepções alternativas sobre o componente curricular em destaque, esse periódico gerou, contraditoriamente, condições para que os profissionais da área

pudessem se apropriar de fundamentos distintos dos contidos no modelo propagado pela ditadura militar por meio da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”.

Cabe ressaltarmos que definir o periódico em tela como um potencial elemento dificultador das estratégias oficiais de conformação da educação física escolar no Brasil (1976-1979) não significa dizer que ele cumpriu efetivamente essa função. Para fazermos tal afirmação, seria necessário examinarmos questões relacionadas com os processos de recepção e “apropriação” (CHARTIER, 2002, p. 68) dos conteúdos veiculados nesse impresso. Afinal, em que medida os professores que atuaram no período em evidência tiveram acesso às edições da Revista de Educação Física? Os que tiveram fizeram quais apropriações das representações difundidas por essa publicação? Poderíamos afirmar que ela exerceu algum tipo de influência na prática pedagógica cotidiana desses docentes?

Em suma, são essas as questões que pretendemos desvendar em nossas próximas análises.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, M. H. C. Apêndice – a imprensa periódica educacional no Brasil: de 1808 a 1994. In: CATANI, D. B; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.
- BELTRAMI, D. M. **A Educação Física no âmbito da política educacional no Brasil Pós-64**. 1992. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.
- BERCITO, S. D. R. **Ser forte para fazer a nação forte: a Educação Física no Brasil (1932-1945)**. 1991. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- BERMOND, M. T. **A Educação Física escolar na Revista de Educação Física (1932-1952): apropriações de Rousseau, Claparède e Dewey**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- BICCAS, M. S. **O impresso como estratégia de formação de professores(as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais: a caso da Revista de Ensino (1925-1940)**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- CARVALHO, M. M. C. A Escola Nova e o impresso: um estudo das estratégias editoriais de difusão do Escolanovismo no Brasil. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). **Modos de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e escrita no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

- _____. Estratégias textuais e editoriais de difusão do Escolanovismo no Brasil: uma perspectiva. In: GVIRTZ, S. (Org.). **Escuela Nueva en Argentina y en Brasil**. São Paulo: Mino y Davila, 1996.
- CASTRO, C. In corpore sano – os militares e a introdução da Educação Física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, n. 2, p. 61-78, 1997.
- CATANI, D. B. **Educadores à meia-luz**: um estudo sobre a *Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1919)*. 1989. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- _____. **Ensaio sobre a produção e circulação de saberes pedagógicos**. 1994. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- CATANI, D. B; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.
- CATANI, D. B; SOUSA, C. P (Orgs.). **Imprensa periódica educacional paulista (1890-1996)**: catálogo. São Paulo: Plêiade, 1999.
- CHARTIER, R. **A beira da falésia**: a História entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- _____. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.
- _____. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2. ed. Brasília: EUB, 1999.
- CHAVES, M. W. *A Revista Escola Argentina*: reflexões sobre um periódico escolar nos anos 20 e 30. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 6, p. 59-87, 2003.
- FERREIRA NETO, A. **A pedagogia no Exército e na escola**: a Educação Física brasileira (1880-1950). Aracruz: FACHA, 1999.
- FERREIRA NETO, A. et al. **Catálogo de periódicos de Educação Física e esporte (1930-2000)**. Vitória: PROTEORIA, 2002.
- _____. *Revista de Educação Física*: ciclo de vida, seção unidade de doutrina e lição de Educação Física (1932-2002). **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 91-118, 2003.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Educação Física progressista**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos da Educação Física. São Paulo: Loyola, 1988.
- GOELLNER, S. V. **Bela, maternal e feminina**: imagens da mulher na *Revista Educação Physica*. 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- _____. **O método francês e a Educação Física no Brasil**: da caserna à escola. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.
- LIMA, M. A. **O corpo no espaço e no tempo**: a Educação Física no Estado Novo (1937-1945). 1980. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Departamento de Filosofia da Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1980.
- LOPES, S. C. Arquivos do Instituto de Educação: suporte de memória da Educação Nova no Distrito Federal (Anos de 1930). **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 9, p. 43-73, 2005.

MELO, V. A. Os Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (1945-1966): a importância de uma revista e iniciativas de preservação. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-43, 2005.

MORILA, A. P. No compasso do progresso: a música na escola nas primeiras décadas republicanas. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 12, p. 75-121, 2006.

NASCIMENTO, A. O. Educação e civismo: movimento escoteiro em Minas Gerais (1926-1930). **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 7, p. 43-75, 2004.

PINTO, J. F. **Representações de esporte e educação física na ditadura militar: uma leitura a partir da revista de história em quadrinhos *Dedinho* (1968-1974)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

REI, B. D.; LÜDORF, S. M. A. Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1964-1985): balanço histórico e novas perspectivas. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 23, n. 3, p. 483-497, 2012.

REI, B. D. **Lutas de representações sobre o desenvolvimento de uma prática: a Educação Física escolar brasileira em revista (1976-1979)**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ROSA, J. M. **Nas vozes de um mesmo tempo: a Educação Física institucionalizada no período da ditadura militar em Cacequi - RS**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

SCHNEIDER, O. **A revista *Educação Física* (1932-1945): estratégias editoriais e prescrições educacionais**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação: História Política e Sociedade) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SILVA, V. B. Uma história das leituras para professores: análise da produção e circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos (1930-1971). **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 6, p. 29-59, 2003.

SOEIRO, R. S. P. **A contribuição da Escola de Educação Física do Exército para o esporte nacional (1933-2000)**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências de Motricidade Humana) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade Humana, Universidade Castello Branco, Rio de Janeiro, 2003.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. **A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968-1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência**. 2001. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. **Educação e Pesquisa (USP)**, São Paulo, v. 28, n.1, p. 51-75, 2002.

VAGO, T. M. Educação Física na *Revista do Ensino de Minas Gerais* (1925-1935): organizar o ensino, formar o professorado. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 11, p. 101-135, 2006.

VAINFAS, R. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 21. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

FONTES

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. **Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos.** Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1976.

DUARTE, C. E. Educação Física e desportos. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 104, p. 78-80, 1978.

PEREIRA, R. B. Esporte amador: a busca de bons resultados. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 107, p. 17-21, 1979.

PEREZ, S. M; ROSE JÚNIOR, D; BONJADIM, E. Condições de preparo de equipes colegiais para competições interescolares. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 106, p. 22-28, 1979.

RAMOS, J. J. Os exercícios físicos no tempo e no espaço (parte I). **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 106, p. 15-20, 1979.

ROCHA, P. S. O. Treinamento em circuito racionalizado para o voleibol. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 107, p. 69-72, 1979.

SAUWEN, I. A importância da recreação no mundo atual. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 100, p. 46, 1976.

TUBINO, M. J. G. Educação Física: meio ou fim. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 100, p. 8-10, 1976.

WORTMANN, P. R. O atletismo na preparação desportiva. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 105, p. 58-62, 1978.

NOTAS

¹ Cf.: CATANI, 1989, 1994; CARVALHO, 1996, 1998; CATANI; BASTOS, 1997; CATANI; SOUZA, 1999; BICCAS, 2001; CHAVES, 2003; SILVA, 2003; NASCIMENTO, 2004; LOPES, 2005; MORILA, 2006; entre outros.

² Cf. LIMA, 1980; BERCITO, 1991; FERREIRA NETO, 1999; GOELLNER, 1999; TABORDA DE OLIVEIRA, 2001; SCHNEIDER, 2003; SOEIRO, 2003; VAGO, 2006; BERMOND, 2007; entre outros.

³ É importante esclarecermos, de acordo com Taborda de Oliveira (2001, p. 69, grifo do original), que: “até seu número 8 (1969), a *Revista* [...] denominava-se *Boletim Técnico e Informativo de Educação Física*. Depois, seu nome foi alterado para *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva* (1970), *Revista Brasileira de Educação Física* (1971) e, finalmente, *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos* (1975) [...]”.

⁴ Criada com o propósito de divulgar o pensamento militar sobre a educação física no Brasil, a *Revista de Educação Física* foi o primeiro periódico especializado a circular no campo da educação física brasileira, com sua primeira edição datando de 1932. A revista também é o impresso que tem o ciclo de vida de maior longevidade na área (1932-2014), fato que, como lembra Bermond (2007), por si só a coloca como uma das mais representativas publicações do campo da Educação Física.

⁵ Assim como Schneider (2003), incluímos nessa categoria trabalhos que abordam temas que poderiam servir como referência para o professor de Educação Física planejar e/ou

executar as suas aulas. Dentro dessa perspectiva, agrupamos nesse eixo temático artigos que debatem assuntos como: concepções de educação física, possibilidades de intervenções didático-pedagógicas, políticas públicas, legislação, cartas e manifestos de entidades ligadas aos campos da Educação Física, da História e Educação Física, da Sociologia e Educação Física, da Filosofia e Educação Física etc.

⁶ Em função dos limites estabelecidos para a publicação deste artigo, não será possível esboçarmos uma análise da educação física escolar situada no âmbito da política educacional brasileira (1964-1985), assim como da materialidade e do índice temático das edições da *Revista de Educação Física* (1964-1985) – operações que foram fundamentais para a definição do recorte temporal expresso neste trabalho. De todo modo, para mais informações, ver Rei (2013, capítulos 2 e 3).

⁷ Cf. GOELLNER, 1992; BERCITO, 1991; CASTRO, 1997; FERREIRA NETO, 1999; entre outros.

⁸ Em outras palavras: a adesão à já bastante conhecida Teoria da Pirâmide Esportiva.

⁹ Assim como Julia (2001, p. 10), compreendemos como cultura escolar um “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”.

Recebido: 19/12/2014

Aprovado: 21/12/2015

Contato:

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Escola de Educação Física e Desportos.
Núcleo de Estudos Sociocorporais e Pedagógicos
em Educação Física e Esportes
Av. Carlos Chagas Filho, 540, Cidade Universitária
Rio de Janeiro | RJ | Brasil
CEP 21.941-599

